



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## MINUTA DE CONTRATO

**Anexo II - Contrato de fornecimento - solução de melhoria da infraestrutura de backup, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa xxxxx**

Pelo presente instrumento a **União**, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a **empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ sob n. xxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx/xxx, telefone: (xx) xxxx-xxxx, e-mail: [xxxx@xxxxxxxxxx](mailto:xxxx@xxxxxxxxxx), representada neste ato por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da CI RG xxxxxx SSP/RS e CPF xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. xx/2020 - Processo SEI 0007090-78.2020.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1.** O presente contrato tem por objeto a aquisição de solução de melhoria da infraestrutura de backup (serviços de reforma com fornecimento de material do sistema de infraestrutura de missão crítica para TI, contemplando adequações elétricas para atender o Rack Cofre, incluindo "moving" dos equipamentos de TI preexistentes e garantia estendida, considerando serviços preventivos periódicos e corretivos com equipe à disposição 24x7x365 e SLA para atendimento "on site" pelo período de 36 meses), *doravante*

*denominada apenas solução*, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

**1.2.** Faz parte do presente Contrato, vinculando-se ao mesmo independente de transcrição, a proposta da Contratada, no que com ele não conflitar.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

**2.1.** O objeto deste contrato compreende os serviços de reforma com fornecimento de material do sistema de infraestrutura de missão crítica para TI, contemplando adequações elétricas para atender o Rack Cofre, incluindo moving dos equipamentos de TI preexistentes e garantia estendida, considerando serviços preventivos periódicos e corretivos com equipe à disposição 24x7x365 e SLA para atendimento "on site" pelo período de 36 meses

2.1.1. A CONTRATADA prestará os serviços de reforma, instalação dos novos materiais elétricos previstos neste Termo e garantia estendida com serviços preventivos e corretivos 24x7x365, bem como, seguir a periodicidade mínima de visitas ao ano prevista neste mesmo item.

2.1.2. A CONTRATADA deverá executar todo e qualquer serviço preventivo e corretivo, inclusive programados, acompanhamento e atendimento de emergência, abrangendo as instalações, os equipamentos preexistentes relacionados ao Rack Cofre que o TRE-MS possui, os sistemas, as atividades e serviços relacionados nesta especificação, visando prioritariamente à conservação inteligente e continuidades da operação e funcionamento ininterrupto das instalações, equipamentos preexistentes e sistemas objetos desta especificação.

**2.2.** As especificações do objeto, quantidades a serem adquiridas, forma, prazos, condições de fornecimento, procedimentos a serem seguidos, obrigações e deveres, etc. estão expostos no **CAPÍTULO III. DA SOLUÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO MÁXIMO** e **CAPÍTULO V. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DAS SOLUÇÕES** do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO**

**3.1.** O objeto deste contrato será executado através de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS**

**4.1.** O período de vigência deste contrato é de 48 (quarenta e oito) meses contados da última assinatura eletrônica, podendo ser encerrado por resolução, caso o objeto seja totalmente concluído antes do prazo previsto ou estendido até a data de conclusão dos serviços.

**4.2.** Os prazos de execução dos serviços são os dispostos no **CAPÍTULO V. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DAS SOLUÇÕES** do Termo de Referência.

### ***CLÁUSULA QUINTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO***

**5.1.** As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual para o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, pela seguinte dotação orçamentária xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

### ***CLÁUSULA SEXTA-DO PREÇO***

**6.1.** O valor total do contrato é de R\$ xxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

**6.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### ***CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO***

**7.1.** O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **CAPÍTULO VII. DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA** e no **CAPÍTULO VIII. DO PAGAMENTO** do Termo de Referência.

### ***CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO***

**8.1.** De acordo com o §1º, do art. 2º, da Lei 10.192/2001, não haverá reajustamento ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

**8.2.** Somente o transcurso de 12 (doze) meses, no caso da não conclusão do objeto dentro do prazo da vigência do contrato, a contratada deverá requerer o reajuste poderá ser concedido reajuste de valores e será limitado à aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo –IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venho substituí-lo, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

**8.2.1.** O reajuste de que trata este item não é compulsório e somente será aplicado no caso de defasagem de preços, tendo por base pesquisa de mercado, desde que a empresa contratada comprove que sofreu variação nos custos contratuais que esteja comprometendo a execução do contrato.

**8.3.** No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

**8.4.** Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

**8.5.** Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

**8.6.** Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

## **CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**9.1.** Como condição indispensável à execução do Contrato, a Contratada prestará a garantia em favor do Tribunal Regional Eleitoral, no montante correspondente a **5% (cinco por cento) do valor atualizado total deste contrato**.

**9.1.1.** A empresa poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia.

**a) Caução em dinheiro:** o valor será depositado em conta-caução, na Caixa Econômica Federal, conforme disciplinado pelo Decreto-Lei n.1.737/1979.

**b) Títulos da dívida pública:** somente será aceita sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**b) Seguro-Garantia:** dar-se-á mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no país, legalmente autorizada, em favor exclusivamente do Tribunal Regional Eleitoral de MS, fazendo referência ao objeto do Contrato e à Licitação.

**c) Fiança Bancária:** A garantia somente será aceita se da mesma constar todos os requisitos abaixo indicados:

**c.1)** Comprometimento da instituição financeira de que atenderá em 72 (setenta e duas) horas, até o valor da garantia, as requisições de pagamento, multas e outras verbas previstas na licitação e/ou contrato formulados pelo Tribunal Eleitoral/MS e legalmente exigíveis.

**c.2)** Declaração da instituição bancária de que renuncia expressamente

aos benefícios previstos no artigo 827 da Lei 10.406 (Código Civil).

**9.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, garantia em qualquer uma das modalidades acima descritas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato e deverá ter validade pela totalidade da vigência contratual, sob pena de multa prevista na cláusula décima.**

**9.2.1.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,1% do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 3% (três por cento).

**9.2.2.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% do valor anual do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da contratada.

**9.2.2.1.** A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado no subitem 9.2.2., por quaisquer das modalidades previstas neste Capítulo.

**9.2.2.2.** O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

**9.2.3.** Caso a contratada deixe de apresentar definitivamente a garantia, fica sujeita a rescisão contratual, passível de aplicação da penalidade prevista na Cláusula Décima.

**9.2.4.** Sempre que houver acréscimo de valores, prorrogação da vigência do contrato, ou utilização de valor, a garantia deverá ser proporcionalmente atualizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do termo ou da comunicação de execução da garantia contratual.

**9.3.** Somente poderá ser efetivado pagamento mediante a apresentação da garantia, sob pena de não se iniciar o prazo de 7 (sete) dias úteis para pagamento.

**9.4.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

**9.4.1** Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do item 9.4.

**9.4.2** A garantia será executada na sua totalidade se os prejuízos sofridos por este Tribunal forem iguais ou superiores ao valor assegurado; se os prejuízos quantificados pelo TRE/MS forem menores que o valor da garantia, será executado somente aquele valor.

**9.5.** A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução completa do contrato, caso não haja sido utilizada nos termos do item 5.4 desta Cláusula, incluindo a comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

**9.5.1.** Ao final do contrato, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

**9.6.** Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

**9.7.** O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

**9.8.** Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 9.7.

**9.9.** Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a seguradora e/ou a fiadora será, paralelamente, notificada das comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA e das decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

## ***CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO***

**10.1.** As disposições quanto a fiscalização e ao acompanhamento dos serviços estão dispostas no CAPÍTULO VI - DA FISCALIZAÇÃO do Termo de Referência.

## ***CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE***

**11.1.** Os direitos e deveres do CONTRATANTE são aquelas previstas no CAPÍTULO X - DOS

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1.** Os direitos e obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no CAPÍTULO XI - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**13.1.1.** A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

**13.2.** Será aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

**13.3.** Será aplicada **MULTA**:

- a) de **1%** (um por cento) por dia de **atraso no início ou na conclusão dos serviços contratados / entrega dos materiais**, sobre o valor total do contrato, para o item correspondente, limitada a sua aplicação a 10 (dez) dias consecutivos. Após o décimo dia, a multa diária passará a 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor total do contrato e a Administração poderá, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- b) de **2%** (dois por cento) sobre o valor total do contrato, para o item correspondente, após a 2ª advertência da mesma natureza, passando a multa a ser de 3% após a terceira situação de advertência da mesma natureza;
- c) de **0,5%** (meio por cento), sobre o valor total da contratação, por dia de **atraso**, na realização do **treinamento** ou no **atendimento do chamado de suporte técnico**. A partir do 15º (décimo quinto) dia de atraso, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível

de rescisão;

d) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais ou do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização;**

e) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento;**

f) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso a contratada **deixar de assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório**, na forma prevista em lei;

g) de **30%** (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, se a contratada se negar a executar os serviços solicitados ou entregar o material, sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste Contrato, levar a Contratante à rescisão do contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

**13.3.1.** O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

**13.3.1.1.** A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

**13.3.1.2.** Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 13.3.2 e 13.3.3 abaixo;

**13.3.2.** Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

**13.3.3.** Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

**13.3.4.** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

**13.3.5.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

**13.4.** Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por



prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não mantiver a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

**13.5.** Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

**13.5.1.** Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

**13.5.2.** Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

**13.6.** Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

**13.7.** As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 13.5.

## ***CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL***

**14.1.** A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

**14.2.** A rescisão do Contrato poderá ser:

**a) Unilateral** e por ato escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;

**b) Unilateral**, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;

**c) Amigável**, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;

**c) Judicial**, nos termos da legislação vigente.

**14.3.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**14.4.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**14.5.** O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS FUNDAMENTOS***

**15.1.** Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

**15.2.** Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO***

**16.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### ***CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS***

**17.1.** Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

**17.2.** Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

**17.2.1.** Em caso de alteração do endereço eletrônico, é obrigação da empresa comunicar

ao TRE/MS a nova conta de e-mail válida.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

**18.1.** É competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande – MS, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por terem convencionado, aceito e declarado, as partes assinam este termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, xx de xxx de 2020.

***Hardy Waldschmidt***  
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXX  
Representante legal da empresa  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 30/11/2020, às 13:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0956448** e o código CRC **89981925**.